



**RATIO – FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE PSICOLOGIA**

LILIESMY AZEVEDO PINHEIRO

BULLYING: O FENÔMENO NA ESCOLA

**FORTALEZA- CEARÁ
2019**

LILIESMY AZEVEDO PINHEIRO

BULLYING: O FENÔMENO NA ESCOLA

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Ratio - Faculdade Teológica e Filosófica, como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em Psicologia.

Orientadora: Julia Evangelista M. Shioga

FORTALEZA-CEARÁ
2019

LILIESMY AZEVEDO PINHEIRO

BULLYING: O FENÔMENO NA ESCOLA

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de BACHAREL EM PSICOLOGIA, outorgado pela Ratio - Faculdade Teológica e Filosófica, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Esp. Júlia Evangelista Mota Shioga
Orientadora

Prof.^a Dra. Virzângela Paula Sandy Mendes
Convidada

Prof.^a Dra. Lucili Grangeiro Cortez
Convidada

À Deus pela fé e persistência que tenho. E
a meus familiares, com quem aprendi a
nunca encarar a realidade como algo
pronto e saber lutar pelos meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

À Deus por iluminar os meus caminhos, dando-me força e fé para vencer todos os obstáculos e os confrontos que surgem vez ou outra na vida.

Aos meus familiares, pela parceria e compreensão nos momentos de ausências ou dedicação aos estudos para a conclusão deste curso.

Aos amigos que de forma direta ou indireta contribuíram através do apoio, e de palavras de incentivo e estímulo.

A orientadora, Professora Julia Shioga, pelo esforço, dedicação e contribuição dados a mim, que tanto ampliaram meus conhecimentos.

A primeira grande riqueza de um ser humano é compreender a criança com todo o seu potencial de ser humano e em toda a sua capacidade de desenvolvimento. A segunda grande riqueza, sem dúvida é investir na família como a primeira grande responsável pelo desenvolvimento integral da criança, e na comunidade, como espaço de apoio para todas as famílias. Assim, ajudando a criar um ambiente onde a criança viva a experiência do amor, portanto um ambiente sem violência.

Dom Aloysio José Leal Penna

RESUMO

Este trabalho de natureza bibliográfica intitulado: *Bullying*: o fenômeno na escola objetivou reconhecer as características da violência de qualquer natureza na escola. Consta de uma pesquisa bibliográfica que proporcionou nos aprofundarmos na legislação que existe e que trata dos direitos da criança e do adolescente (ECA) e que há responsabilidades específicas dos agentes escolares e da família em relação a esses direitos. Pode-se citar Fante (2005), Martins (2010), Abramovay (2002) e outros dentre os autores pesquisados. Percebe-se que a garantia desses direitos só será conseguida se também a escola desenvolver ações que apliquem os princípios defendidos pelo ECA, pois ela é um espaço de resistência e possibilidade democrática na medida em que respeite valores culturais e históricos do contexto social da criança e do adolescente. Assim, é necessário cuidar dos aspectos políticos e técnicos da construção do regimento da escola visando a convivência democrática. Foca no problema da violência que está desafiando nossos propósitos democráticos e exigindo conhecimentos e meios adequados para enfrentá-lo com objetividade, seja em nossa casa, escola ou sociedade. Consta também de uma pesquisa de campo na qual favoreceu analisar a realidade de uma escola, analisando e identificando quais os tipos de violência que acontece com mais frequência. Assim o trabalho apresenta os conceitos, definições e características do *bullying* além de ressaltar alguns tipos de violência, o papel do professor e do gestor.

Palavras- chave: Violência. Criança. Adolescente.

ABSTRACT

This work of bibliographical nature entitled: Bullying: the phenomenon in school aimed to recognize the characteristics of violence of any kind in school. The research consists of a bibliographical research on which provided we go deeper in the legislation that exists, and which deals with the rights of the child and adolescent (ECA) and that there are specific responsibilities of school and family agents in relation to these rights. One can cite Fante (2005), Martins (2010), Abramovay (2002) and others among the authors surveyed. Notice that the guarantee of these rights will only be achieved if the school also develop actions that apply the principles defended by the ECA, because it is a space of resistance and possibility insofar as democratic respect cultural and historical values of the social context of children and adolescents. Thus it is necessary to take care of the political and technical aspects of the construction of the rules of procedure of the school aimed at democratic coexistence. Has the focus on the problem of violence that is challenging our democratic purposes and requiring knowledge and adequate means to face it with objectivity is in our home, school or society. It consists also of a field research in which favored analyze the reality of a school, by analysing and identifying what types of violence that happens more often. So the work presents the concepts, definitions and characteristics of bullying as well as highlight some types of violence, the role of the teacher and the Manager.

Keywords: Violence. Child. Teenager.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 BULLYING: HISTÓRICO, CONCEITOS, DEFINIÇÕES E OS DIREITOS CONTIDOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	12
2.1 O PAPEL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA FORMAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA.....	12
2.2 A IMPORTÂNCIA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA	15
2.3 UM POUCO DO HISTÓRICO DO BULLYING	19
3 O BULLYING E ALGUMAS CARACTERÍSTICAS.....	26
3.1 OS ENVOLVIDOS NO BULLYING	26
3.2 O CONCEITO DE <i>BULLYING</i> NA ESCOLA.....	27
3.3 A ATUAÇÃO DA ESCOLA	29
3.4 CIBERBULLYING	31
4 A ESCOLA E O BULLYING	32
4.1 O PAPEL DO PROFESSOR	32
4.2 O PAPEL DO GESTOR.....	35
4.3 O <i>BULLYING</i> DE ALUNO PARA ALUNO	36
4.4 O <i>BULLYING</i> PRATICADO DE PROFESSOR PARA ALUNO	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

A temática desta pesquisa é: *Bullying*: o fenômeno na escola. Tem como objetivo geral reconhecer as características da violência de qualquer natureza na escola. Tem como objetivos específicos: identificar os vários tipos de violência, suas causas e consequências; reconhecer que se pode prevenir a violência orientando os pais e adultos sobre a necessidade de respeitar e amar a criança antes mesmo de seu nascimento reforçando que os pais têm grande responsabilidade pela educação básica de seus filhos e que devem amá-los e respeitá-los, antes de tudo, como seres humanos, únicos e dignos.

Em todas as classes sociais, a violência contra crianças e adolescentes está sendo cada vez mais conhecida e divulgada. Os maus tratos praticados sejam na escola, pelos colegas, professores e também pelos próprios pais, ou responsáveis vem ganhando espaço crescente nos diversos meios de comunicação.

Está se tornando comum, os noticiários de TVs retratarem vários tipos de violências contra a criança e o adolescente, e ficamos perplexos ao vê-los anunciarem que cerca de 20% das violências acontecem dentro da escola, com grande repercussão nas crianças, que muitas vezes, carregam as marcas pelo resto de suas vidas.

O *bullying* é um caso sério, um fenômeno complexo, suas causas são múltiplas. Suas consequências são devastadoras para as crianças e adolescentes, vítimas diretas de seus agressores. É um problema que atinge milhares de crianças e adolescentes, muitas vezes de forma silenciosa e dissimulada. Trata-se de um problema que acomete ambos os sexos e não costuma obedecer nenhum nível social, econômico, religioso ou cultural específico.

A proposta da realização desta pesquisa surgiu a partir da compreensão de que é da responsabilidade de todos preocuparem-se com o *bullying* e desenvolver ações educativas dentro da instituição que visem mostrar informações e ideias a fim de garantir as crianças e adolescentes como enfrentar a violência e os maus tratos reforçando a pedagogia do educar cuidando do afeto e da cultura da paz.

O estudo é de natureza bibliográfica na qual se utiliza de uma abordagem qualitativa. A bibliográfica se faz necessária na realização de um trabalho deste

porte, pois é por meio dela que se toma conhecimento da produção existente.

Essa pesquisa enriquece o conhecimento do leitor e fortalece o trabalho que se faz com as crianças e adolescentes e as famílias, orientando de maneira concreta os gestores pais e familiares dentro da escola e de casa e a educação das crianças para a paz.

Inicia-se com uma introdução que expõe a importância da temática a ser abordada no corpo do trabalho. No primeiro capítulo foi apresentado o conceito de *bullying* na escola, ressaltando o histórico do *bullying* e suas definições aprofundando-se no papel da criança e do adolescente na formação da família brasileira e na importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O segundo capítulo ressalta os envolvidos no *bullying* e a atuação da escola dando ênfase ao *ciberbullying*. No terceiro capítulo aborda o *bullying* e escola realizando uma breve explanação sobre o papel do professor, do gestor, o *bullying* de aluno para aluno e de professor para aluno.

Diante desses pressupostos mostra-se que com o fenômeno *bullying*, há a necessidade de mobilização de todos os segmentos da escola e os atores da sociedade para socializar as informações sobre o assunto. Caso contrário, de nada adiantará que se proponham medidas de prevenção e assistência a cada tipo de violência que acontece no nosso cotidiano.

A complexidade desse problema requer que seja adotada uma abordagem interinstitucional, que atenda às realidades locais, promovendo ações voltadas para o combate seja do *bullying* ou qualquer tipo de violência na escola.

2 BULLYING: HISTÓRICO, CONCEITOS, DEFINIÇÕES E OS DIREITOS CONTIDOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A ocorrência de vários tipos de violência além de constituir um importante objeto de reflexão, tornou-se, antes de tudo, um grave problema social. Pode-se afirmar também que o *bullying* não é uma discussão recente. Este se manifesta de várias formas, envolvendo os integrantes tanto como agressores quanto como vítimas. Assim, este capítulo trata de conceituar e definir o que é o *bullying*, ressaltando o papel da criança e do adolescente na formação da família brasileira e a importância do ECA.

2.1 O papel da criança e do adolescente na formação da família brasileira

Nossas crianças e jovens estão enfrentando situações novas que o mundo não conhecia antes e que não podem mais ser resolvidas pela família, pela escola ou por qualquer outra instituição. O mundo de hoje exige que os jovens estejam inseridos em outros referenciais de conhecimento: técnicos, como a informática; éticos, como a autonomia sobre o corpo; ou ligados à cidadania, como os direitos humanos e de consumidor entre outros.

É importante que os jovens desenvolvam a reflexão sobre a responsabilidade que eles têm sobre os rumos de suas vidas. É preciso que sejam desenvolvidas com eles atividades que propiciem o exercício da autonomia, na qual o aluno passará de vítima ou de culpado a mais um aliado no movimento de construção por uma escola e um mundo melhor.

É convivendo com a família, que as crianças, jovens e adolescentes experimentam os primeiros contatos sociais de sua vida. É através desta relação que crescem os laços afetivos, as carências de suas necessidades sejam elas de carinho, de atenção ou até mesmo liberdade. É na família onde se forma o seu caráter.

Assim, falar de família é algo que propicia ressaltar um espaço onde acontecem situações que podem transformar a vida da criança, do jovem. No cotidiano familiar podem aprender valores condizentes com uma cultura de paz,

respeitar as diferenças e conviver com elas, mas podem também adquirir marcas irreparáveis em sua vida, caso vivencie a violência doméstica. Isso pode apresentar na sua vida futura dificuldades para se relacionar, insegurança, ansiedade e outros sintomas.

Para que isso não ocorra é necessário que o diálogo entre os familiares seja constante e que seu ambiente familiar seja propício a um bom desenvolvimento. Atualmente, com o excesso de afazeres dos pais, o tempo para conversar, ouvir, ensinar uma tarefa, orientarem em um trabalho, ou até mesmo perguntar ao filho como foi o seu dia, tem se tornado cada vez mais escasso. Weiss salienta que:

Aspectos emocionais estariam ligados ao desenvolvimento afetivo e sua relação com a construção do conhecimento e expressão deste através da produção escolar (...). O não aprender pode, por exemplo, expressar uma dificuldade na relação da criança com sua família; será o sintoma de que algo vai mal nessa dinâmica (WEISS, 2004, p.23).

Para educar é preciso cuidar. E ambos envolvem dedicação, compreensão, cooperação, cumplicidade e, principalmente, amor de todos os responsáveis pelo processo, que está sempre se evoluindo. Essa discussão tem mostrado que se faz necessário promover a aproximação, a interação entre a família, a criança e a sociedade. A tarefa é árdua. Mas é preciso que se faça isso. Não existe a família ideal.

A escola tem que trabalhar com as famílias que tem, sejam quais forem suas particularidades. Tem que torná-las parte do processo educativo. Chega de procurar culpados para o insucesso, a indisciplina do aluno: pais, professores, alunos, liderança, ou sistema. Todos devem trabalhar como uma equipe, de forma integrada e planejada, trocando experiências entre si.

Hoje se vive um tempo, bem mais complexo, diverso e inquietante do que há algumas décadas. Enfrenta-se, além do desafio frente ao domínio do conhecimento, em permanente mudança, também o desafio da relação com as crianças, sejam elas pequenas ou jovens, e os pais também se incluem devido à necessidade de interação, harmonia, entre ambos. A influência da família, no entanto, é básica e fundamental no processo educativo do imaturo e nenhuma outra instituição está em condições de substituí-la.

Nérici (1972. p.12) afirma que “a educação para ser autêntica, tem de

descer à individualização, à apreensão da essência humana de cada educando, em busca de suas fraquezas e temores, de suas fortalezas e aspirações”.

O processo educativo deve conduzir à responsabilidade, liberdade, crítica e participação. Educar, não como sinônimo de instruir, mas de formar, de ter consciência de seus próprios atos. “De modo geral, instruir é dizer o que uma coisa é, e educar é dar o sentido moral e social do uso desta coisa”. (NÉRICI, 1972. p.12).

Entretanto, Freire (2000) evidencia que ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, uma tomada de posição, uma decisão, por vezes, até uma ruptura com o passado e o presente. Para ele a educação é uma forma de intervenção no mundo. Ele se refere às mudanças reais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, a terra, a educação, a saúde, com referência à situação no Brasil e em outros países da América Latina.

Diante da proximidade da família e da criança, jovem ou adolescente, é possível compreender que cada pessoa é um ser individual e único, mas que se forma a partir das relações com as outras pessoas e da sua própria maneira de vivenciar as diferentes experiências da vida. Quando uma criança nasce e é atendida em suas necessidades básicas de alimentação, higiene, vestuário e quando recebe atenção e amor, poderá tomar contato com o mundo de forma tranquila e agradável.

Neste contexto, a família tem um papel fundamental, na medida em que se oferece como provedora de amor e segurança, estabelecendo com a criança uma relação que será a base de todas as futuras relações dela com o mundo. No entanto, quando uma criança se sente rejeitada, sem amor sem atenção, desenvolve, ao invés de confiança em si, um enorme sentimento de menos valia, isto é, aprende que não é boa o suficiente para merecer amor e atenção.

É impossível nesse sentido, que a criança aprenda a amar a si mesma e conseqüentemente a amar os outros. Ela desenvolverá grandes sentimentos de insegurança e uma baixa autoestima. Será um aspecto individual marcante que pode afetar a vida dos que a rodeiam.

Pouco contato dos pais com os filhos no dia-a-dia pode prejudicar formação cidadã da nova geração. Gokhale (1980) relata que “a família não é apenas o berço da cultura e a base para um futuro melhor, também é o centro da vida

social". Assim, a educação bem sucedida da criança, no seio da família é que vai servir de apoio ao seu comportamento produtivo quando for adulto. A família tem sido, é e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade das pessoas. Dessa forma, o contato afetivo pode ser positivo ou negativo. O autoconceito que essa criança terá de si refletirá em suas ações e na forma como será tratada ou mesmo percebida pelos outros.

Todos os pais são educadores, portanto, têm a missão de ensinar os filhos a viverem o presente e a se prepararem para o futuro. O bom pai ajuda o filho a ser uma pessoa segura, capaz de viver baseado em suas próprias idéias e em seu projeto de vida. A busca de uma educação que forme indivíduos mais autônomos passa necessariamente pela construção de uma personalidade madura, capaz de lidar com as questões emocionais. (RIBEIRO, 2007. p. 38).

A partir do momento em que ele passa a conviver fora do seu núcleo familiar ele vai também recebendo influência de amigos, professores, colegas e, cada vez mais, hoje em dia, dos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão. Se a criança tem uma boa convivência com os membros da família e através disto construir a base para seus futuros relacionamentos, aprenderão também a conviver no meio social.

Essa influência é marcante e pode ser percebida profundamente nos adolescentes que, neste momento da vida, buscam uma identidade e desejam ser independente da família. É necessário que os educadores/famílias estejam atentos a esta questão e desenvolver uma consciência crítica para não se deixar manipular por esses mecanismos de dominação.

2.2 A importância do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

Apesar de todo o elenco de direitos fundamentais contidos na Constituição Federal e no ECA, muitas são as violações, de toda natureza e expressão, que ocorrem contra os direitos das crianças e dos adolescentes em nosso país. Em seu Art.230 salienta o Estatuto que:

Privar a criança e o adolescente de sua liberdade, procedendo a sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou existindo ordem escrita da autoridade judiciária competente. Pena: detenção de seis meses a dois anos. Parágrafo único: inicie na mesma pena aquele que

procede à apreensão sem observância das formalidades legais. (BRASIL, 1990:p.76.).

A apreensão ilegal consiste em segurar, agarrar, prender. Pode se observar, portanto, que toda ação que envolve privar a criança e o adolescente de sua liberdade por meio de apreensão é crime. Esta é uma questão muito delicada. Se a autoridade policial chega à escola para realizar apreensão de um aluno sem ordem escrita da autoridade judiciária competente, o diretor não deve permitir a apreensão. E quem é a autoridade judiciária competente? O Juiz da Infância e da Juventude ou o Juiz que exerce esta função na forma da Lei de organização Judiciária local (BRASIL, 1990).

Nos Artigos 171, 172 e 187, o ECA apresenta situações em que um adolescente pode ser apreendido. No178, os cuidados para resguardar a dignidade e a integridade do apreendido. Violadores de direitos, quando processar (BRASIL,1990).

Quando uma criança for acusada de matar, estuprar, roubar, portar armas, furtar, é necessário que os educadores e profissionais da área atentem para as seguintes medidas: Se for criança: deve ser encaminhada imediatamente ao Conselho Tutelar. Se não estiver instalado o Conselho Tutelar, a criança deve ser encaminhada ao Juiz da Infância e da Juventude, ou aquele que exerça esta função, quando não há Juiz especializado. Se for adolescente: em caso de flagrante, deve ser encaminhado sem algema ou qualquer modalidade vexatória, em veículo comum (é proibido camburão) até a autoridade policial especializada (antiga Delegacia de menores) Artigos 178 e 232. (BRASIL, 1990).

Sem flagrante, mas com ordem judicial, deve ser encaminhado até o juiz que expediu a ordem escrita e fundamentada. Sem flagrante, mas com indícios de autoria: a autoridade policial prepara uma investigação e a envia ao Ministério Público. O adolescente não pode ser apreendido (artigo 177). (BRASIL, 1990).

Brasil (1990) enfatiza em seu artigo 232 que “Submeter à criança e o adolescente sob sua guarda ou vigilância a vexame ou constrangimento. Pena: detenção de seis meses a dois anos”. Vexame ou constrangimento significa afronta, ultraje, vergonha e está relacionado a coagir, empregar violência ou grave ameaça ou utilizar meios para reduzir a resistência da vítima. É sempre possível fazer alguma coisa diante das situações de maus tratos que observamos no meio

onde vivemos, se não por desejo, por dever, por obrigação legal de nosso ofício de educador.

Sabe-se que a denúncia e o encaminhamento ao Conselho Tutelar envolvem perigos e desdobramentos, mas os cidadãos devem ter a coragem para enfrentar e acusar os causadores de maus tratos. No conceito de maus tratos incluem-se os atos que ofendem a integridade física do menor, como também sua integridade moral. Entre os maus tratos físicos se inscrevem os golpes leves e os atos degradantes.

Temos aqui duas situações possíveis de ocorrência: os maus tratos que podem ocorrer na escola, e/ou os maus tratos a que a criança e o adolescente são submetidos fora dela. Uma criança ou adolescente maltratada chega à escola com marcas ou sequelas físicas. Identificar maus – tratos e notificá-los as autoridades são obrigações dos profissionais que lidam com crianças e adolescentes e, caso não o façam, estará sujeitos a punição, que pode ser aplicada por omissão de responsabilidade.

Se o responsável pelo estabelecimento do ensino fundamental, pré- escola ou creche deixar de informar a autoridade competente os casos que conheça, envolvendo suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança e adolescente, estará sujeito à pena prevista. Brasil (1990) em seu artigo 13 determina que os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

A quem encaminhar uma criança ou adolescente que parece ter sofrido alguma violência? Aos hospitais e serviços de saúde e, neste caso, acompanhá-lo. Entretanto, para atuar de forma preventiva, ou seja, antes que a violência ocorra, é necessário conhecer e considerar a realidade vivida pelo aluno e o contexto social em que ele está e orientar pais ou responsáveis. Assim, o Conselho Tutelar é o órgão permanente e autônomo encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Tanto quanto um direito, a educação é definida, em nosso ordenamento jurídico, como dever: direito do cidadão – dever do Estado. Do direito nascem prerrogativas próprias das pessoas em virtude das quais elas passam a gozar de algo que lhes pertence como tal. Do dever nascem obrigações que devem ser respeitadas tanto da parte de quem tem a responsabilidade de efetivar o direito

como o Estado e seus representantes, quanto da parte de outros sujeitos implicados nessas obrigações. Se a vida em sociedade se torna impossível sem o direito, se o direito implica em um titular do mesmo, há, ao mesmo tempo, um objeto do direito que deve ser protegido inclusive por meio da lei.

A educação de modo geral e a escola de modo específico tem três funções básicas: formar o indivíduo, formar o cidadão e formar o profissional. A totalidade da tarefa formativa da educação vem sendo traduzida no que sempre ouvimos falar: formação integral. A formação do cidadão como preparação do indivíduo para o convívio social e para a convivência democrática implica trabalhar questões como:

Respeito à dignidade da pessoa humana; desenvolvimento de um sentimento de co-responsabilidade pelo destino da sociedade; participação livre e ativa na vida social e comunitária; compreensão do papel do governo e das instituições não-governamentais na promoção do bem comum; compreensão da necessidade de “jogo limpo” na vida social; compreensão dos direitos individuais e dos direitos sociais. (CARVALHO, 2001, p.130).

Portanto, na formação da pessoa para o convívio social ou na educação do cidadão, é essencial que, no relacionamento democrático, alunos, professores, funcionários e pais exercitem seus direitos e deveres e que a escola seja uma experiência criativa de conviver socialmente, formadora do cidadão, para além do que se ensina na sala de aula, ou seja, no exercício dos direitos e dos deveres no dia-a-dia.

Cury (2002) afirma que: “a escola deve ser o lugar onde os conflitos se resolvem pela palavra. A palavra é o reino da escola”. Diante disso, para se garantir que as leis que protegem a criança e o adolescente estão sendo garantidos é necessário muitas ações tanto da parte dos governos como da sociedade onde eles estão inseridos.

Na escola o seu atendimento deve garantir por meio de programas o livro didático, a merenda e o devido transporte, além da assistência a saúde. A elaboração de regras internas da escola deve incentivar as formas dialógicas como forma de superação de tensões e conflitos, esgotando-se todos os recursos pedagógicos antes de se aplicarem eventuais sanções disciplinares.

Os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos nas redes de ensino. Tal obrigação está inscrita desde a Constituição até no Código Penal passando pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e pelo ECA. É com ações

básicas de saúde, nutrição e educação, integração esportiva, que as leis de proteção à criança e ao adolescente estão sendo aplicadas. É nessa perspectiva que os governos, as famílias, estão fazendo seu papel na prevenção da violência. Além dessas ações básicas, os projetos de geração de renda e o Programa Alfabetização de Jovens e Adultos contribuem para reforçar os laços entre pais e filhos e promovem o ser humano, resgatando a sua dignidade.

É importante promover também estudos e palestras para pais, professores e estudantes, jovens e outras pessoas. Os temas podem variar entre relações humanas, relacionamento familiar saudável, a criança e suas fases de desenvolvimento e outros assuntos semelhantes, sempre com a ajuda de profissionais ligados à área.

Vale ressaltar que críticas, brigas excessivas e humilhações impedem a criança de ter uma boa autoestima. Ter conversas compreensivas, fazer elogios, dar a criança e ao adolescente, oportunidades para desenvolver suas capacidades, ajudá-la a pensar em soluções para seus problemas e dificuldades, encorajá-la ser independente e tomar iniciativas são ações que constroem uma boa autoestima e preparam a criança e o adolescente para viver bem consigo mesmo e com os outros.

Assim, a criança em nenhum momento deve pagar o preço das injustiças sociais com a perda de um direito que lhe dá, no mínimo, a chance de poder crescer e construir um futuro com vida digna. É preciso fazer com que os governos e as pessoas da comunidade cumpram ou ajudem a cumprir o Estatuto.

O papel da comunidade não pode ser esquecido e esta deve ser incluída em programas de orientação e acompanhamento de famílias e, especialmente, em programas preventivos. Os desafios no combate aos vários tipos de violência são muitos, mas a instituição do ECA constitui-se em um avanço que, especialmente no trabalho com os gestores escolares, professores e as famílias, abre muitas frentes.

2.3 Um pouco do histórico do Bullying

O termo não é relativamente novo em nosso vocabulário, o problema existe há muito tempo e deve ser levado a sério. Segundo Martins (2010, p.11) “*bullying* é uma palavra inglesa, que no português remete a intimidação ou ameaça, refere-se a

todas as formas de atitudes agressivas, intencionais, principalmente, repetidas que acontecem entre os estudantes”. O presente trabalho refere-se ao *bullying* escolar, mas este pode acontecer em outros espaços.

O *Bullying* começou a ser pesquisado na Europa, durante a década de 1990, quando na Noruega descobriram o que estava resultando nas inúmeras tentativas de suicídio entre os adolescentes. A partir de então, foram realizadas inúmeras pesquisas e campanhas para reduzir os casos de comportamentos agressivos nas escolas. (SIQUEIRA, 2012).

Pode-citar a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA) que realizou um estudo sobre o assunto no que resultou em um programa que visou diagnosticar e implementar ações efetivas para a redução do comportamento agressivo entre estudantes de 11 escolas localizadas no Município do Rio de Janeiro; O trabalho realizado pela Prof.^a Marta Canfield e colaboradores (1997), em que as autoras procuraram observar os comportamentos agressivos apresentados pelas crianças em quatro escolas de ensino público em Santa Maria (RS), usando uma forma adaptada pela própria equipe do questionário de Dan Olweus (1989); As pesquisas realizadas pelos Profs. Israel Figueira e Carlos Neto, em 2000/2001, para diagnosticar o BULLYING em duas Escolas Municipais do Rio de Janeiro, usando uma forma adaptada do modelo de questionário.

De acordo com Fante (2005) apud Siqueira (2012) ao descrever o histórico do fenômeno afirma que foi o professor Dan Olweus, pesquisador da Universidade de Bergen, na Noruega, que relatou os primeiros critérios para detectar o problema de forma específica, permitindo diferenciá-lo de outras possíveis interpretações, como incidentes e gozações ou relações de brincadeiras entre iguais, próprias do processo de amadurecimento do indivíduo. Seguindo a mesma linha trazida por Fante, (ABRAPIA), acrescenta que:

Tudo teve início com os trabalhos do Professor Dan Olweus, na Universidade de Bergen Noruega (1978 a 1993) e com a Campanha Nacional Anti-*bullying* nas escolas norueguesas (1993). No início dos anos 70, Dan Olweus iniciava investigações na escola sobre o problema dos agressores e suas vítimas, embora não se verificasse um interesse das instituições sobre o assunto. Já na década de 80, três rapazes entre 10 e 14 anos, cometeram suicídio. Estes incidentes pareciam ter sido provocados por situações graves de *bullying*, despertando, então, a atenção das instituições de ensino para o problema. (FANTE apud SIQUEIRA, 2012).

Segundo Fante apud Siqueira (2012), com o intuito de observar e avaliar o *bullying*, e tendo em vista que o termo vinha sendo utilizado nas mais diversas situações que envolviam docentes e discentes, Olweus pesquisou inicialmente cerca de 84.000 estudantes, 300 a 400 professores e 1.000 pais no decorrer de vários períodos de ensino. Utilizou-se de questionários para identificar suas características, os quais foram adaptados e utilizados em outras pesquisas, inclusive no Brasil, pela ABRAPIA, o que proporcionou uma comparação entre vários países.

O estudo mostrou que nas escolas brasileiras o *bullying* apresenta índices superiores aos outros países. Apontou que aqui a sua identificação é mais comum dentro da sala de aula, enquanto, em outros países, ele ocorre principalmente fora da sala de aula, no horário do recreio.

Os primeiros resultados sobre o diagnóstico do *bullying* foram informados por Olweus (1989) e por Roland (1989), e por eles se verificou que um em cada sete estudantes estava envolvido em caso de *bullying*. Em 1993, Olweus publicou o livro "*bullying at School*" ("bullying na escola") apresentando e discutindo o problema, os resultados de seu estudo, projetos de intervenção e uma relação de sinais ou sintomas que poderiam ajudar a identificar possíveis agressores e vítimas. Essa obra deu origem a uma Campanha Nacional, com o apoio do Governo Norueguês, que reduziu em cerca de 50% os casos de *bullying* nas escolas. Sua repercussão em outros países, como o Reino Unido, Canadá e Portugal, incentivou essas nações a desenvolverem suas próprias ações. O programa de intervenção proposto por Olweus tinha como características principais desenvolver regras claras contra o *bullying* nas escolas, alcançar um envolvimento ativo por parte de professores e pais, aumentar a conscientização do problema, avançando no sentido de eliminar alguns mitos sobre o *bullying*, e prover apoio e proteção para as vítimas. (SIQUEIRA, 2012).

É importante frisar que o *bullying* não pode ser confundido com questões de indisciplina. Esse termo se revela quando há comportamentos violentos entre pares. Compreende as atitudes agressivas, intencionais, que ocorrem sem motivos evidentes e quando causa sofrimento e dor.

Bullying é um termo da língua inglesa (bully = "valentão") que se refere a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente e são exercidas por um ou mais indivíduos, causando dor e angústia, com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa sem ter a possibilidade ou capacidade de se defender, sendo realizadas dentro de uma relação desigual de forças ou poder. (CAMARGO, 2012)

Camargo (2012) afirma ainda que o *bullying* se divide em duas categorias:

a) *bullying* direto, que é a forma mais comum entre os agressores masculinos e b) *bullying* indireto, sendo essa a forma mais comum entre mulheres e crianças, tendo como característica o isolamento social da vítima.

Quatro fatores contribuem para o desenvolvimento de um comportamento de *bullying*: 1) uma atitude negativa pelos pais ou por quem cuida da criança ou do adolescente; 2) uma atitude tolerante ou permissiva quanto ao comportamento agressivo da criança ou do adolescente; 3) um estilo de paternidade que utiliza o poder e a violência para controlar a criança ou o adolescente; e 4) uma tendência natural da criança ou do adolescente a ser arrogante. Diz ainda que a maioria dos bullies, são meninos, mas as meninas também o podem ser. As meninas que são bullies utilizam, às vezes, métodos indiretos, como fofocas, a manipulação de amigos, mentiras e a exclusão de outros de um grupo. (NANCY DAY, 1996, apud ABRAMOVAY, 2002).

Os alunos que presenciam o *bullying*, se sentem intimidados com receio de se tornarem as próximas vítimas. Para que os alunos experimentem esse tipo de sentimentos é preciso que na escola sejam adotados programas antibullying envolvendo um conjunto de estratégias com intervenções.

Dessa forma é possível prevenir que os alunos adquiram problemas de relacionamento ou contrair comportamento agressivo. No espaço escolar, quando não ocorre uma efetiva intervenção contra o *bullying*, o ambiente fica contaminado e os alunos, na sua grande maioria são afetados negativamente, experimentando sentimentos de medo e ansiedade.

De acordo com Camargo (2012) “os atos de *bullying* ferem princípios constitucionais – respeito à dignidade da pessoa humana – e ferem o Código Civil”(art.927º, que determina que todo ato ilícito que cause dano a outrem gera o dever de indenizar).

“O responsável pelo ato de *bullying* pode também ser enquadrado no Código de Defesa do Consumidor”, (art.4º, tendo em vista que as escolas prestam serviço aos consumidores e são responsáveis por atos de *bullying* que ocorram dentro do estabelecimento de ensino/trabalho).

As causas desse tipo de comportamento abusivo são inúmeras e variadas. Deve-se à carência afetiva, à ausência de limites e ao modo de afirmação de poder e de autoridade dos pais sobre os filhos, por meio de “práticas educativas” que incluem maus-tratos físicos e explosões emocionais violentas. Em seus estudos constataram que 80% daqueles classificados como “agressores”, atribuíram como causa principal do seu comportamento, a necessidade de reproduzir contra outros os maus-tratos sofridos em casa ou na escola. (FANTE, 2012).

As consequências para as “vítimas” desse fenômeno é um fator que atrapalha o desenvolvimento do trabalho pedagógico em relação à qualidade de ensino, abalando o desempenho tanto dos estudantes, quanto dos docentes. Além disso, aumentam as chances de desenvolverem transtornos de humor, alimentares, distúrbios de sono ou/de ansiedade em algum momento da vida.

Para os “agressores”, ocorre o distanciamento e a falta de adaptação aos objetivos escolares, a supervalorização da violência como forma de obtenção de poder, o desenvolvimento de habilidades para futuras condutas delituosas, além da projeção de condutas violentas na vida adulta. Para os “espectadores”, que é a maioria dos alunos, estes podem sentir insegurança, ansiedade, medo e estresse, comprometendo o seu processo socioeducacional. Dependendo do grau de sofrimento vivido pela criança, ela poderá sentir-se ancorada a construções inconscientes de pensamentos de vingança e de suicídio, ou manifestar determinados tipos de comportamentos agressivos ou violentos, prejudiciais a si mesmo e à sociedade, isto se não houver intervenção diagnóstica, preventiva e psicoterápica, além de esforços interdisciplinares conjugados, por toda a comunidade escolar. (FANTE, 2012).

Segundo Siqueira (2012), já estão classificando o *Bullying* como um conflito global, e destacam que se essa tendência permanecer, haverá muitos jovens que se tornarão adultos abusadores e delinqüentes”.

Percebe-se então que o fenômeno *Bullying* está ocorrendo nas escolas do mundo inteiro, inclusive no Brasil, apesar de não termos muitas pesquisas e estudos referentes a este assunto.

Martins (2010, p. 12) afirma que “as práticas consideradas como bullying estão previstas na legislação e as condutas são enquadradas, hoje, no mesmo rol de crimes contra a honra: calúnia, difamação e injúria”. As penas variam de acordo com o enquadramento já existente para a injúria (detenção de uma a seis meses ou multa). Calúnia (detenção de seis meses a dois anos e multa). E difamação (detenção de três meses a um ano e multa).

Caso o agente seja menor de idade, podem ser aplicadas medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. O assunto também tem mobilizado a Câmara dos Deputados que no ano de 2010 aprovou proposta que exige a adoção de medidas contra o bullying nas escolas.

Em relação aos crimes virtuais, denominado *ciberbullying*, as vítimas têm o direito de prestar queixa e pedir sanções penais. Caso o agressor tenha menos de

16 anos, os pais serão processados por injúria, calúnia e difamação. Se tiver entre 16 e 18 anos, responderá junto com os pais e caso, tenha idade superior a 18 anos, responderá pelo crime.

Luiz Antonio Grisard, (2008), assessor da área jurídica da Editora Positivo, aconselha que as escolas devam compreender os riscos e adotar medidas de prevenção e conscientização sobre o caso. O assunto é extremamente polêmico e, por se tratar de um ambiente de formação como é a escola, não entendo que a criminalização seja a solução. GRISARD (2008).

Em alguns casos brasileiros, leis já foram sancionadas determinando que as escolas desenvolvam programas de prevenção e combate ao *bullying*. Pode-se citar o ECA dentre elas, que tem sido debatido dentro das instituições escolares.

No Brasil existe um projeto de lei que propõe que as ações de combate ao *bullying* sejam detalhadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Alguns estados e municípios, no entanto, adotaram leis de combate ao *bullying*.

O Rio Grande do Sul teve a lei que prevê políticas públicas contra o *bullying* nas escolas estaduais e privadas de ensino básico e de educação infantil sancionada no ano passado. A lei não prevê punições aos estudantes, apenas ações educacionais. (G1, 2011).

G1 (2011) ressalta ainda que em Santa Catarina, a lei de combate obriga às escolas a criar uma equipe multidisciplinar, com a participação de docentes, alunos, pais e voluntários, para a promoção de atividades didáticas, informativas, de orientação e prevenção.

Em São Paulo também tem uma lei que determina que as escolas públicas da educação básica do município deverão incluir em seu projeto pedagógico medidas de conscientização, prevenção e combate ao *bullying* escolar. Outros projetos estão em tramitação para se tornarem leis municipais e estaduais.

A opinião comum de diversos especialistas no assunto é que os pais devem procurar elevar a autoestima dos seus filhos ressaltando sempre suas qualidades e capacidades, procurando não culpá-los pelo que lhes está acontecendo e também não incentivá-los a revidar o ataque que sofrem. É fundamental que os pais reflitam sobre a conduta que tem com seus filhos e que estejam sempre os observando, podendo assim detectar sintomas de tristeza, desculpas para faltar as aulas ou desleixo nas tarefas escolares. (MIRANDA, apud MARTINS, 2010, p. 13).

É imprescindível que os profissionais de educação, ao qualificarem

qualquer aluno como violento ou agressivo, considere os inúmeros fatores que recaem sobre suas relações interpessoais. (FANTE, 2005, p. 157).

Fante apud Siqueira (2012) conclui então, que a instituição de ensino, precisa prevenir o "fenômeno violência" que está acontecendo no ambiente escolar, impedindo o seu crescimento, porque os desdobramentos dessas práticas estarão presentes no comportamento dos alunos.

Cabe à Psicologia Escolar intervir no enfrentamento e prevenção do bullying, adotando medidas específicas em cada realidade onde acontece e tomando o fenômeno como algo que engloba os aspectos sociais, familiares, escolares e individuais.

Entretanto, para que isso aconteça, seus profissionais devem ser capacitados para atuar na melhoria do ambiente escolar e das relações interpessoais, promovendo a solidariedade, a tolerância e o respeito às características individuais, utilizando estratégias adequadas à realidade educacional que envolve toda a comunidade escolar. Nesse contexto, os educadores precisam saber então, quando a agressividade passa a ser Bullying.

3 O BULLYING E ALGUMAS CARACTERÍSTICAS

3.1 Os envolvidos no bullying

Quando se trata de *bullying* é comum pensar que há apenas dois envolvidos: a vítima e o agressor. Santomauro (2010) alerta para um terceiro personagem fundamental: o espectador. Um xinga, o outro chora e o resto cai na risada. Segundo Santomauro (2010,) a vítima costuma ser tímida ou pouco sociável e foge do padrão do restante da turma pela aparência física (raça, altura, peso), pelo comportamento (melhor desempenho na escola) ou ainda pela religião. Geralmente, é insegura e, quando agredida, fica retraída e sofre, o que a torna um alvo ainda mais fácil.

Segundo pesquisa da ONG Plan, a maior parte das vítimas – 69% delas têm entre 12 e 14 anos. Ana Beatriz Barbosa Silva, médica e autora do livro *Bullying: mentes perigosas na escola*, cita algumas das doenças identificadas como o resultado desses relacionamentos conflituosos (e que também aparecem devido a tendências pessoais), como angústia, ataques de ansiedade, transtorno do pânico, depressão, anorexia e bulimia, além de fobia escolar e problemas de socialização. A situação pode inclusive levar ao suicídio. (SANTOMAURO, 2010, p.71).

O *bullying* é considerado perverso devido ao fato de que adolescentes vítimas correrem o risco de se tornarem adultos ansiosos, depressivos ou violentos, reproduzindo em seus relacionamentos sociais aqueles vividos no ambiente escolar. Além disso, podem se sentirem incapazes de se livrar do *bullying* ou cyberbullying.

O agressor atinge o colega com repetidas humilhações ou depreciações porque quer ser popular, se sentir poderoso e obter uma boa imagem de si mesmo. É uma pessoa que não aprendeu a transformar sua raiva em diálogo e para quem o sofrimento do outro não é motivo para ele deixar de agir. Pelo contrário, se sente satisfeito com a reação do agredido, supondo ou antecipando quão dolorosa será aquela crueldade vivida pela vítima. “o agressor assim como a vítima, tem dificuldade de sair de seu papel e retomar valores esquecidos ou formar novos”. (SANTOMAURO, 2010, p.71).

Quanto ao espectador nem sempre reconhecido como personagem atuante em uma agressão é fundamental para a continuidade do conflito. O espectador típico é uma testemunha dos fatos: não sai em defesa da vítima nem se junta aos agressores. Quando recebe uma mensagem, não

repassa. Essa atitude passiva ocorre por medo de também ser alvo de ataques por falta de iniciativa para tomar partido. O espectador pode até ter senso de justiça, mas não indignação suficiente para assumir uma posição clara. Também considerados como espectadores, há os que atuam como uma plateia ativa ou uma torcida, reforçando a agressão, rindo ou dizendo palavras de incentivo. Eles retransmitem imagens ou fofocas, tornando-se coautores ou corresponsáveis. (LUCIENE apud SANTOMAURO,2010).

3.2O conceito de *bullying* na escola

No tocante a violência dentro do espaço escolar, concordo com Carvalho (2001) quando ela afirma que:

O comportamento das pessoas na escola mostra formas de violência causadas por conflitos e competições de diferentes ordens: violência de alunos com alunos – times rivais, gangues, galeras; violência de professores com alunos e de alunos com professores – preconceitos, agressividades, despreparo pedagógico, falta de respeito à autoridade, alcoolismo, drogas, desinteresse em aprender; violência de alunos com funcionários e vice-versa.(CARVALHO, 2001, p.40).

Diante disso, vale ressaltar que por ser a escola um lugar de formação, onde atitudes e valores são produzidos pelas relações dos sujeitos que nela se insere, sejam eles: professores, funcionários ou alunos, isso não deveria acontecer.

Apesar da criação de condições para que as crianças, jovens e adolescentes conheçam, descubram e deem significado aos seus sentimentos, valores, ideias, costumes e papéis sociais, o *bullying* é um problema que se manifesta de diversas formas entre todos os envolvidos no processo educativo.

Nesse sentido, é muito importante que a temática seja discutida na sala de aula desde as séries iniciais, promovendo reflexões que possa contribuir na transformação dos educandos, objetivando traduzir respeito ao próximo, através de atitudes que resgate o valor de uma amizade, promovendo a integração de todas as pessoas pertencentes aos mais variados segmentos da escola.

Alinho-me a Fante (2012) quando ela afirma que:

O bullying é um conceito específico e muito bem definido, uma vez que não se deixa confundir com outras formas de violência. Isso se justifica pelo fato de apresentar características próprias, dentre elas, talvez a mais grave, seja a propriedade de causar “traumas” ao psiquismo de suas vítimas e envolvidos. Possui ainda a propriedade de ser reconhecido

em vários outros contextos, além do escolar: nas famílias, nas forças armadas, nos locais de trabalho (denominado de assédio moral), nos asilos de idosos, nas prisões, nos condomínios residenciais, enfim onde existem relações interpessoais. (FANTE, 2012).

A criança, o jovem e o adolescente, são motivados pelas informações vindas dos livros, notícias, reportagens, televisão, rádio, internet, e outros. Na escola, cabe aos profissionais despertar o seu interesse e curiosidade para que ela se sinta parte integrante no espaço escolar. Além disso, propiciar o seu pleno desenvolvimento e desenvolver atividades significativas para promover a interação entre todos favorecendo assim, um bom relacionamento e boa comunicação.

No entanto, a escola sendo um ambiente de diversidade, ocorre brigas, atos de violência e conflitos de várias formas. Cabe aos gestores buscar parcerias junto a sociedade para combater esses atos e ser um espaço de sociabilidade.

Para a Sociologia, a violência vem do aumento das desigualdades sociais. Grande parte da população cresce de recursos mínimos para viver com dignidade. A violência vem do Estado que não garante o bem estar dos cidadãos, vem dos grupos populares que se organizam e respondem a violência recebida. Vem do pai, do padrasto, da mãe, dos irmãos, dos grupos de rua, da escola e da polícia. Vem dos conflitos gerados pelos diferentes valores e costumes de diversos grupos sociais, da história de opressão e dominação a que muitos desses grupos são submetidos. Para a Psicologia, sem negar o papel que o ambiente social exerce sobre os comportamentos violentos, a violência está no próprio indivíduo que agride os outros e a si mesmo. E mesmo que consertássemos a história e eliminássemos todas as estruturas sociais violentas ainda assim não acabaríamos com a violência. (CARVALHO, 2001, p.49).

Dessa forma, enquanto a sociedade não resolver o problema de *bullying* nas escolas, dificilmente conseguirão reduzir as outras formas de comportamentos agressivos e destrutivos entre adultos, que se caracteriza por forçar as pessoas a se isolar do meio, sendo intimidados pelo fato de que os colegas espalharam algo a seu respeito, ou o ridicularizaram pela forma de vestir, pela sua etnia, religião ou incapacidades, fazendo com que se sintam insignificantes aniquilando a sua autoestima.

De acordo com Vera Regina Miranda, professora da área de Psicologia da Universidade Positivo citado por Martins (2010), as vítimas do *bullying* apresentam características físicas ou emocionais que destoam dos demais colegas, seja um traço físico marcante, algum tipo de necessidade especial ou até mesmo costumes, tradições e culturas diferentes.

As vítimas são pessoas mais tímidas, inseguras e passivas. Algumas são ansiosas e apresentam aspecto depressivo e dificuldades em se impor. Os agressores se aproveitam da fragilidade desses alunos para praticar o bullying. Os agressores têm pouca capacidade de se colocar no lugar das vítimas e normalmente sentem uma necessidade de dominar e subjugar os outros. Ressalta ainda que costumam ser impulsivos, irritando-se facilmente e com muitas dificuldades para lidar com contrariedades e frustrações. (MIRANDA apud MARTINS, 2010, p.11).

É papel dos gestores escolares observar e diagnosticar e avaliar se o comportamento dos alunos mudou. É fácil perceber se houve mudança no seu interesse, pois, quando eles se encontram vitimados por agressores ficam solitários perdem a capacidade de se concentração fazendo com que seu rendimento de aprendizagem se torne crítico.

Fatores que quando identificados a tempo podem ser trabalhados dentro da unidade escolar, interferidos, de forma que os alunos, pais e comunidade sejam mobilizados e informados, evitando dessa forma consequências depressivas, distúrbios psicossomáticos, além da evasão do aluno, que ao se sentir deprimido e incapaz pode não querer retornar mais a escola. Nessa perspectiva, todos são considerados responsáveis pela prevenção e combate ao *bullying*.

Segundo Martins (2010, p.11) “as vítimas sofrem silenciosamente, de maneira cruel e velada, e podem se tornar reféns de uma ansiedade que interfere em seus processos de aprendizagem pela excessiva mobilização psíquica de medo, constrangimento, angústia e raiva reprimida”. Martins (2010, p.11) ressalta ainda que “aqueles alunos que superam o trauma podem chegar a vida adulta com sentimentos de vingança e dificuldade de relacionamento”.

Nessa perspectiva, as escolas devem pensar em estratégias que visem diminuir esses atos de violência e possam promover o desenvolvimento de indivíduos movidos pela ética e pela lei do bom convívio. O que se deseja é que as escolas sejam ambientes seguros e saudáveis, onde crianças e adolescentes possam desenvolver ao máximo suas potencialidades intelectuais, afetivas e sociais.

3.3 A atuação da escola

O *bullying* não pode ser visto como brincadeiras de crianças. E a escola precisa encarar com seriedade as agressões entre alunos. A busca pela solução ou

pela prevenção inclui reunir todos: equipe pedagógica, gestores, pais e alunos que estão ou não envolvidos diretamente e garantir que tomem consciência de que existe um problema e não pode ficar omissos. As escolas devem estar cientes de que é preciso um acompanhamento permanente para afastar as agressões do cotidiano escolar. É preciso que se ataquem o problema com atividades que buscam garantir o bom relacionamento entre os estudantes. Reuniões conjuntas com pais e alunos e um olhar atento ao comportamento dos jovens dentro e fora da sala de aula precisam entrar no planejamento.

O *bullying* é um problema mundial, podendo ocorrer em praticamente em qualquer contexto no qual as pessoas interajam, tais como escola, faculdade/universidade, família, mas pode ocorrer também no local de trabalho e entre vizinhos. Há uma tendência das escolas não admitirem a ocorrência do *bullying* entre seus alunos; ou desconhecem o problema ou se negam a enfrentá-lo. Esse tipo de agressão geralmente ocorre em áreas onde a presença ou supervisão de pessoas adultas é mínima ou inexistente. Estão inclusos no *bullying* os apelidos pejorativos criados para humilhar os colegas. (CAMARGO, 2012).

Assim além de enfrentar problemas internos de gestão e precariedades variadas, que afetam o desempenho pedagógico, a escola passa por um período no qual a ideologia que a sustentou durante muitos anos é contestada. Acredita-se que por meio da ação educativa, o meio social exerce influência sobre os indivíduos, que se tornam capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora. Essa influência manifesta-se por meio de conhecimentos, experiências, valores, crenças, modos de agir, técnicas e costumes acumulados, transmitidos e recriados de uma geração a outra.

De acordo com Siqueira (2012) a violência escolar, nos últimos tempos, tem alcançado uma crescente dimensão em todo mundo. Não só cresceu a violência entre os educandos, como também entre aluno e professor e contra a própria instituição de ensino. Essa violência é definida por alguns autores, como *Bullying*, e merece atenção especial, pois se tornou preocupante devido ao seu aumento no âmbito escolar. Em virtude disso, é de suma importância que os educadores conheçam essa problemática e quais as consequências dela na sua prática docente e principalmente, os efeitos do *Bullying* na vida de seus educandos.

O *bullying* é um tipo de violência que pode ser dividido em dois grandes conjuntos: o contato direto que se caracteriza como mais violento e as vítimas

chegam a sofrer agressões físicas, e o indireto, que pode até parecer menos violento, porém acarreta problemas a vítima por se caracterizar como violência psicológica. Pode-se citar entre alguns tipos de *bullying* a violência verbal quando salientar características particulares da vítima através de apelidos, sarcasmo e gozação. Racista quando insultos remetem a cor da pele, diferenças culturais, religiosas ou éticas. E até o cyberbullying que são denominadas as agressões via internet. Considerada hoje um dos tipos de violências mais frequentes no ambiente escolar. Diante dessa realidade aborda-se no próximo capítulo alguns tipos de violência e suas características.

3.4 Ciberbullying

Atualmente o *Cyberbullying* é um dos tipos de *bullying* mais frequente no ambiente escolar. Os alunos se valem da tecnologia para hostilizar colegas e educadores pela facilidade de tornar públicos imagens e comentários depreciativos nas redes sociais. É bem mais intenso, as mensagens ficam gravadas e espalhadas com facilidade entre os colegas. “Tanto no ambiente virtual como no ambiente escolar, as vítimas geralmente não reagem aos insultos. Elas geralmente sofrem por características das quais não tem culpa”. (MARTINS, 2010, p.12). Os agressores insultam, discriminam as pessoas e ainda se mantêm no anonimato. Desse modo, diretores, professores das instituições devem estar preocupados e traçar estratégias para trabalhar a temática, destacando principalmente as consequências que o *bullying* pode acarretar.

4 A ESCOLA E O BULLYING

Santomauro, (2010, p.72) afirma que “para prevenir é preciso ensinar a olhar um para o outro. Criar relacionamentos saudáveis, em que os colegas tolerem as diferenças e tenham senso de proteção coletiva e lealdade. É preciso desenvolver no grupo a capacidade de se preocupar com o outro construindo uma imagem positiva de si e de quem está no entorno”. Vale ressaltar a importância de deixar a turma falar. Em um ambiente equilibrado, o professor forma vínculos estreitos com os estudantes, que mostram o que são, de fato, reconhecidos quando estão sofrendo, o que é diferente de achar que não há motivo para se chatear. Se a equipe da escola age com violência e autoritarismo, os jovens aprendem que gritos e indiferença são formas normais de enfrentar insatisfações. Os professores sempre são modelo (para o bem e para o mal). Por isso, dar o exemplo é muito bom.

Santomauro (2010, p.72) resalta ainda que “mostrar os limites é uma das formas de prevenir e solucionar o problema. É essencial estabelecer normas e justificar por que devem ser seguidas”. Às vezes, por medo de serem rígidos demais, os educadores deixam os adolescentes soltos.

Mas eles nem sempre sabem o que é melhor fazer e precisam de um norte. “Alertar para os riscos da tecnologia se faz necessário dentro de uma escola”. O aluno deve estar ciente da necessidade de limitar a divulgação de dados pessoais nos sites de relacionamento, o tempo de uso do computador e os conteúdos acessados. Quanto menos exposição da intimidade e menor o número de relações virtuais, mais seguro ele estará.

Diante disso, é muito importante que os gestores, professores e familiares fiquem atentos. Com um trabalho de conscientização constante, os casos se resolvem antes de estourar. Reuniões com pais e encontros com grupos de alunos ajudam a evitar que o problema se instale.

4.1 O papel do Professor

Hoje, não cabe mais ao educador banir as limitações nem se tornar impotente diante delas. Sua missão é a de convivência a base do respeito,

tornando- se assim um parceiro ativo e compreensivo.

Quando nos deparamos com situações em que as dificuldades são diversas e adversas, a atitude instintiva nos sugere desistência, abandono a tudo o que impede a nossa atuação; no entanto, convém lembrar que, nessas mesmas situações, os atores são pessoas, seres humanos que pensam e falam, reagem e aceitam, choram e riem, compreendem e questionam. (BERNARDO, 2008, p. 17).

Bernardo (2008) ressalta ainda que tudo é mutável e, em se tratando de termos no centro de nossas ações, é imperativo fazer diferente aquilo que, para muitos, o essencial seria fazer igual. Cada sujeito tem suas particularidades, anseios próprios, desejos infindos, sonhos mágicos e vontades absolutas.

O educador vê, analisa e sente cada imperfeição e tem ciência de que ela se configura em cada pessoa, de forma diferente. Todo educador deseja a uniformidade de comportamento, de sabedoria, de facilidade para aquisição aos conhecimentos. Só que essa é uma aspiração velada. Insistir em ser diferente não dá.

Os professores se inserem na arte de ensinar, mas isso se converte na arte de cobrar e cobrar muito. E dessa forma distanciam-se das mudanças. Quando elas não modernizam, não humanizam, mas embrutecem. Cria-se formas para padronizar as pessoas e esquece-se de mudar posturas e comportamentos.

Um dos obstáculos mais frequentes na hora de usar o mau comportamento do aluno a favor da aprendizagem é uma atitude comum a muitos professores: encarar a violência como agressão pessoal. Não se pode se colocar na mesma posição do jovem.

Quando a desordem se instala, é fundamental agir com firmeza. Não há fórmulas prontas para fazer isso, mas um bom caminho é discutir o caso com os envolvidos e aplicar sanções relacionadas ao ato em questão.

O professor precisa desempenhar seu papel o que inclui disposição para dialogar sobre objetivos e limitações e para mostrar ao aluno o que a escola (e a sociedade) espera dele. Só quem tem certeza da importância do que está ensinando e domina várias metodologias consegue desatar esses nós.

As exigências do novo contexto de sociedade têm imposto uma série de mudanças, e o educador precisa atendê-las; do contrário, irá haver um emaranhado de situações que precisam ser trabalhadas para oferecer aos alunos o modelo de

realidade em que eles estão inseridos e, junto a essa realidade, vastas expectativas a serem contempladas como realização daquilo que é dever como escola e direito dos alunos como aprendizes.

Para que haja essa sintonia, é preciso aprimorar a capacidade para lidar não apenas com as situações-problema; mas com todas as situações, reconhecendo e valorizando tudo o que o aluno sabe. São eles que estão sob guarda.

Os professores, por sua vez, estão na vanguarda do processo educacional e, sem a estreita relação professor-aluno, torna-se inviável pensar em novos acontecimentos, em novas possibilidades e, conseqüentemente, em novas realizações. Continua-se a acreditar que somente do compromisso de cada um é que nasce a educação para todos. Diante disso a intervenção do professor é essencial para que o aluno ganhe autonomia como cidadão.

Neto (2010) reforça que é muito importante a ação conjunta de uma equipe multidisciplinar para que se obtenham resultados mais efetivos, frente à complexidade dos fatos envolvendo o bullying. A escola tem a função de propiciar conteúdos e valores pautados na ética, que possui como elementos constitutivos o respeito mútuo, a justiça, o diálogo, a solidariedade, a cooperação, a sinceridade e a autenticidade.

Qualquer que seja a disciplina dada na escola não pode se eximir desta responsabilidade de colaborar com esses valores na formação dos alunos e, por suas características e ações curriculares, pode-se considerá-la de grande importância na construção do processo de educação de crianças, jovens e adultos.

Primeiramente o professor deve acreditar na utilização do diálogo para a solução de conflitos. Outra atitude esperada dos professores é a busca constante de uma relação empática com os alunos, baseada na afetividade, respeito e atenção individualizada.

O professor deve se aproximar tanto do aluno-vítima, como do aluno-agressor na tentativa de superar as situações de discriminação. A busca de soluções depende muito do comprometimento profissional e de competência técnica para realizarem um trabalho articulado entre as diversas áreas de conhecimento. A ação conjunta de uma equipe multidisciplinar propiciará possibilidades de resultados mais efetivos no combate ao *bullying*, frente às diversas facetas e desdobramentos

que podem ocorrer durante o período de permanência deste fenômeno.

4.2 O papel do gestor

No atual modelo de gestão, tende-se a atribuir uma maior importância à figura do gestor, visto como “liderança empreendedora”. Este passa a ser valorizado por sua capacidade de influenciar, motivar, identificar e resolver problemas, partilhar informações, desenvolver e manter um sentido de comunidade na escola, estimular o trabalho em equipe, compartilhar responsabilidades e poder, tomar decisões conjuntas (CARVALHO, 2005).

O gestor deve esquecer a imagem do aluno ideal; observar as crianças e os grupos com atenção, conversar sempre com os que atrapalham as aulas dos professores, ouvindo suas razões; e sem esquecer-se de jamais rotular o aluno, em hipótese alguma.

É papel do gestor é procurar criar situações, com histórias ou brincadeiras, que levem a turma a refletir sobre o comportamento de um ou mais colegas, sem expô-los; Não abra mão do objeto de seu trabalho, que é o conhecimento; e acompanhar os planejamentos dos professores solicitando que as aulas sejam diferenciadas, evitando rotinas; lembrando-se de que os conteúdos podem ser atitudinais.

Tratando-se do combate ao *bullying* na escola é essencial que desde o primeiro dia de aula, os alunos sejam avisados que não será tolerado *bullying* nas dependências da escola. Todos devem se comprometer com isso: não aceitando tal prática e avisando à direção e às famílias sempre que ocorrer um fato dessa natureza.

O gestor deve promover debates sobre *bullying*, envolvendo professores, direção, famílias, e equipes pedagógicas, fazendo com que o assunto seja bastante divulgado, compreendido e assimilado por todos. Além disso, oferecer um espaço, com um orientador pedagógico, para ajudar e orientar as crianças/famílias em relação a esse tipo de agressão; Procurar fazer que o agressor se responsabilize pelos seus atos, sugerindo ações/maneiras de reparar os danos causados; Ouvir a vítima com atenção e estimular que esta crie recursos de autoproteção; Trabalhar os espectadores da cena para que não apoiem a ação do agressor (adotando o

apelido ou ajudando a agredir), mas, ao contrário, inibir essas ações desaprovando-as.

Recomenda-se, ainda, aos alunos, professores e funcionários estimular os estudantes a fazerem pesquisas sobre o tema, na escola, na internet, para saber no que consiste o fenômeno, como enfrentá-lo e minimizá-lo. Convocar assembleias, promover reuniões e fixar cartazes, para que os resultados dessas pesquisas possam ser apresentados a todos no âmbito escolar é também uma feliz alternativa. Sempre que ocorrer alguma situação de *bullying*, procurar lidar com ela diretamente, investigando os fatos, conversando com autores e alvos.

O gestor escolar deve atuar como líder, ou seja, formar pessoas que o acompanhem em suas tarefas e prepará-las para serem abertas às transformações. Nesse sentido, necessita ter motivação, responsabilidade, dinamismo, criatividade e capacidade de atender às necessidades mais urgentes. Isso requer um constante aprendizado, para atualizar-se e conhecer as mais recentes contribuições dos educadores sobre os processos de capacitação de lideranças educacionais. Sendo assim, os gestores devem conscientizar-se de que seu papel na escola de hoje é muito mais de um líder que de um burocrata. (SANTOS, 2002).

4.3O *bullying* de aluno para aluno

Em escolas, o *bullying* geralmente ocorre em áreas com supervisão adulta mínima ou inexistente. Ele pode acontecer em praticamente qualquer parte, dentro ou fora do prédio da escola. Alguns sinais são comuns como a recusa da criança de ir à escola ao alegar sintomas como dor de barriga ou apresentar irritação, nervosismo ou tristeza anormais.

A violência é um problema social que está presente nas ações dentro das escolas, e se manifesta de diversas formas entre todos os envolvidos no processo educativo. Isso não deveria acontecer, pois escola é lugar de formação da ética e da moral dos sujeitos ali inseridos, sejam eles alunos, professores ou demais funcionários.

O *bullying* de aluno para aluno é mais frequente. Os alunos são as vítimas mais constantes de violência física além da violência verbal, a qual, na maioria das vezes, passa até despercebida como forma de violência. Manifesta-se de várias

formas, as violências na escola envolvem os integrantes desta tanto como agressores quanto como vítimas. A violência física é a face mais explícita desse fenômeno, com destaque para as ameaças, principalmente as feitas pelos alunos, com promessas de retaliações depois do horário escolar. As brigas são corriqueiras e banalizadas e, muitas vezes, incentivadas pelos colegas.

As violências com armas cortantes são sustentadas por alunos que as trazem de casa, na maioria das vezes, ou as conseguiram com facilidade. Às vezes furtos e roubos acontecem no ambiente escolar, alunos que retiram materiais dos colegas e até mesmo dos funcionários.

Em geral, as escolas lidam com brigas, atos de agressividade e diversos tipos de violências por meio de normas. Entre os diversos procedimentos, destacam-se as advertências, suspensões, transferências/expulsões, que dependem da gravidade da questão.

A disciplina, enquanto responsabilidade e compromisso são apresentadas como condição básica para manter a ordem, sendo que as regras muitas vezes são questionadas entre o corpo técnico pedagógico e os alunos, como uso de uniforme e horário, entre outras.

Mesmo com críticas, principalmente às regras, se o gestor e o professor cumprirem com o seu papel, a tendência entre os alunos são gostar da escola em que estudam e dessa forma aprenderão a respeitar uns aos outros, a se comunicar melhor.

4.4 O bullying praticado de professor para aluno

A Violência escolar não envolve somente características encontradas fora da escola como problemas sociais, além de conflitos nas relações familiares, mas aspectos envolvidos e desenvolvidos na escola como a relação professor-aluno. Em outras situações, ocorre a partir de uma situação de conflito e enfrentamento entre professor e alunos.

Neste caso, o professor deve buscar conversar e ouvir os alunos. Cabe a ele desfazer o clima de conflito e solucionar a situação. Uma boa sugestão é criar algumas regras comuns para o funcionamento das aulas. O professor pode fazer isso com a ajuda dos próprios alunos. Dentro destas regras podem constar ações como: não agredir os coleguinhas, respeitar os professores, e

outros.

Com estas e outras atitudes, o professor vai ganhar o respeito de seus alunos. Este respeito é uma porta aberta para, através do diálogo com os estudantes, buscar soluções adequadas para melhorar as condições de aula na escola.

Infelizmente, alguns professores usam e abusam de técnicas absurdas para com os alunos, dos quais podemos citar: intimidar o aluno em voz alta repreendendo-o perante seus colegas de turma, expor o aluno a humilhação, ou até mesmo assumir um critério mais rigoroso na correção de provas com o aluno e não com os demais.

Abreu (2010) afirma que o diálogo só existe quando as partes estão no mesmo plano. Não há diálogo quando uma das partes tem uma arma, física ou simbólica, apontada para a cabeça do outro. Não é diálogo a fala de quem manda do alto do trono e quer que o outro aceite os seus argumentos. Diálogo supõe igualdade, relação intersubjetiva, e não imposição da vontade pessoal, calcada no cargo ou função que detém.

Uma boa sugestão é criar algumas regras comuns para o funcionamento das aulas. O professor pode fazer isso com a ajuda dos próprios alunos. Dentro destas regras podem constar: levantar a mão e aguardar a sua vez antes de perguntar ou falar, fazer silêncio em momentos de explicação, falar num tom de voz adequado, etc.

Será no campo das relações estabelecidas dentro da instituição e desta com o ambiente no qual está inserida que o profissional de Psicologia terá condições de desenvolver novas alternativas para o seu trabalho. O psicólogo deve ocupar um lugar de escuta, possibilitando que se criem espaços de discussões e construção de conhecimento de forma que os problemas sejam discutidos e a busca por soluções seja compartilhada (Martins, 2003).

Estando o psicólogo ligado à instituição, ele tem a possibilidade de atuar como agente de mudanças, capaz de promover reflexões a respeito do tema da violência, podendo, assim, conscientizar os agentes institucionais sobre os seus papéis, garantindo a construção de relações mais saudáveis e evitando o surgimento de qualquer forma de violência nas escolas.

É fundamental a presença do psicólogo escolar/educacional na escola, pois ele irá contribuir para o reconhecimento de comportamentos e atitudes que

dificultam as relações interpessoais, que geram conflitos e que podem levar ao aparecimento de atos de violência e agressividade entre os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a problemática levantada no presente estudo e os pontos a ele circunscritos, a pesquisa nos proporcionou identificar o conceito de violência na escola, enfatizando o *bullying*, a definição de vários tipos de violência e que a garantia dos direitos da criança e do adolescente (ECA) só será conseguida se todos os setores desenvolverem ações que apliquem os princípios defendidos pelo ECA. Reconhece-se que é preciso levar em conta todos os aspectos do desenvolvimento do educando. Na atualidade, é um dos temas que vêm despertando cada vez mais, o interesse de profissionais das áreas de educação e saúde, em todo o mundo, é sem dúvida, o da violência escolar. Termo que conceitua os comportamentos agressivos e anti-sociais, em estudos sobre o problema.

Este conjunto de informações contidas neste trabalho constitui um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças e adolescentes brasileiras. Diante da realidade aqui apresentada, observa-se que é necessário que os gestores municipais e escolares, e professores elaborem planos de ação amplos para que os direitos da criança e do adolescente sejam garantidos. Assim sendo, as atividades dos setores envolvidos: educação, informação, comunicação, trabalho, agricultura e principalmente saúde precisam ser orientados.

É viável que possam promover estudos e palestras para pais, professores, estudantes, jovens e outras pessoas. Os temas podem variar entre relações humanas, relacionamento familiar saudável, a criança e suas fases de desenvolvimento e outros assuntos semelhantes, sempre com a ajuda de profissionais ligados à área. Podendo ser os conselheiros do Conselho tutelar.

A primeira grande riqueza de um lugar é compreender a criança com todo seu potencial de ser humano e em toda a sua capacidade de desenvolvimento. A segunda grande riqueza, sem dúvida, é investir na família como a primeira grande responsável pelo desenvolvimento integral da criança, e na comunidade, como espaço de apoio para todas as famílias.

Assim, encontra-se diante do trabalho escolar um grande desafio. Prevenir

a violência e para isso é fundamental que se entenda que é dentro da família que a criança começa a ser educada tanto para a violência quanto para a paz. E a melhor forma de educação que a família pode dar é o exemplo. Vale ressaltar que as campanhas que sejam lançadas futuramente visando fazer essa divulgação de informações, precisam vir acompanhadas de ações permanentes.

Assim, acredita-se que se existe uma cultura de violência, que se dissemina entre as pessoas, pode-se disseminar uma contracultura de paz. Se conseguirmos plantar nos corações das crianças as sementes da paz – solidariedade, tolerância, respeito ao outro e o amor, poderemos vislumbrar uma sociedade mais equilibrada, justa e pacífica. Construir um mundo de paz é possível, para isso, deve-se primeiramente construí-lo dentro de cada um de nós.

Com a conscientização de toda a comunidade escolar, é possível sim, prevenir essa problemática e construir um ambiente escolar agradável e sadio a todos os alunos. Pois, com o crescimento da violência no ambiente escolar, é necessário que os profissionais, gestores e funcionários da educação estejam mais atentos aos comportamentos de seus alunos, a fim de evitar a proliferação desse fenômeno: o *bullying*.

Dessa forma, observa-se que os objetivos traçados foram alcançados: através da pesquisa bibliográfica foram apresentados os conceitos e características do *bullying*; identificado alguns tipos de violência, reconhecido a importância dos pais, do professor e do gestor da escola. Recomenda-se assim estimular os estudantes a fazerem pesquisas sobre o tema, na escola, na internet, para saber no que consiste o fenômeno, como enfrentá-lo e minimizá-lo. Convocar assembleias, promover reuniões e fixar cartazes, para que os resultados dessas pesquisas possam ser apresentados a todos no âmbito escolar é também uma feliz alternativa. Sempre que ocorrer alguma situação de *bullying*, procurar lidar com ela diretamente, investigando os fatos, conversando com autores e alvos.

Este material enriquece o conhecimento e fortalece o trabalho que talvez o leitor faça com as crianças, os adolescentes e suas famílias, orientando de maneira mais concreta os gestores, pais e familiares sobre as relações humanas na escola, dentro de casa e a educação das crianças para a paz. O psicólogo é o profissional apto para realizar um trabalho de prevenção e enfrentamento da violência escolar, ajudando a escola a construir espaços e relações mais saudáveis. Mas, para isso, é de fundamental importância que ele esteja inserido no ambiente

da escola, participando do seu cotidiano para que possa ter uma atuação específica e mais voltada à realidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ABREU, Mariza Vasques de. **Relações interpessoais: interação X individualismo**. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de secretários de Educação, 2010.

BERNARDO, Célia. **Protagonistas da educação**. Vida e educação. Maio/Junho. 2008.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei. nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

CAMARGO, Orson. **O que é Bullying**. Publicado em 06/2012. Disponível em: www.brasile scola.com. Acessado em: 20/02/2018.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. **Autonomia da Gestão Escolar: Democracia e Privatização, duas faces de uma mesma moeda**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba.

CARVALHO, Maria Celeste da Silva. **Progestão: como construir e desenvolver os princípios de convivência democrática na escola?** Modulo V – Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FANTE, Cleodelice Aparecida Zonato. **Fenômeno Bullying Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2ª edição. Campinas SP: Veros Editora, 2005.

_____. **O que a escola deve saber e fazer para deter o bullying**. Revista Pátio. Ano IV. Set/novembro. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GOKHALE, S. D. **A Família Desaparecerá?** In Revista Debates Sociais nº 30, ano

XVI. Rio de Janeiro, CBSSIS, 1980.

GRISARD, Luiz Antonio. **O bullying na escola**. Revista Educação. Ed. Positivo. 2008.

MARTINS, Adriana. **Bullying é coisa séria**. Revista atividades e experiências. Setembro. 2010.

MARTINS, J. B. **A atuação do psicólogo escolar: multirreferencialidade, implicação e escuta clínica**. Psicologia em estudo, 8(2), 39-45. 2003.

NÉRICI, Imídeo G. **Lar, escola e educação**. São Paulo: Atlas, 1972.

NETO, Tania Carvalho. **Combate ao bullying nas escolas**. Entrevista. Revista RF. 20, ano IX, nº 38, dezembro 2010.

RIBEIRO, Marco Aurélio de Patrício. **Um tempo para os filhos**. Vida e Educação. Maio/Junho. 2007.

SANTOMAURO. Beatriz. **Violência virtual**. Nova Escola. N.233. junho/julho. 2010.

SANTOS, Vera Lucia dos. ROCHA, C.S MACEDO, C.R. **Relação Família & Escola**. Belem: Unama, 2002.

SANTOS, Luciana Pavan Ribeiro dos. **O papel do professor diante do bullying na sala de aula**. Projeto de pesquisa. Curso de Pedagogia. Faculdade de Ciências - UNESP Campus de Bauru. 2007.

SIQUEIRA, Raquel de Arruda. **A problemática do bullying na prática docente**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos>. Publicado em Mar/2012. Acessado em: 20/02/2018.

WEISS, Maria Lúcia L. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2004).

SITES CONSULTADOS:

<http://www.educacional.com.br/reportagens/bullying/default.asp>

<http://pedagogia.brasilecola.com/trabalho-docente/bullying-escolar.htm>

<http://www.espacoacademico.com.br/043/>

<http://www.psicologia.org.br> www.abrapia.org.br